

PARECER JURÍDICO Nº 156/2025

VETO Nº 010/2025 ao Projeto de Lei nº 053/2025, de iniciativa do Legislativo, o qual em sua Súmula dispõe: “DIVULGAÇÃO PÚBLICA E ATUALIZADA DA LISTA DE ESPERA PARA CIRURGIAS ELETIVAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

I - DA CONSULTA E O SEU OBJETO

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Foi protocolado nesta Casa de Leis, o Veto n. 010/2025, oriundo do Executivo Municipal, que veta totalmente o **Projeto de Lei nº 053/2025**, de autoria dos Vereadores Reginaldo Luiz da Silva e Leonice Klaus dos Santos.

Nesse sentido, o Prefeito Municipal, fundamenta as seguintes razões para o veto total:

“(…) O Projeto de Lei em comento visa impor ao executivo a obrigação de disponibilizar informações ao cidadão sobre lista de espera para cirurgias de média e alta complexidade, sem observar as regras de competência do Sistema Único de Saúde - SUS.

A saúde, como direito fundamental e de competência comum dos entes federados, conforme previsto nos artigos 6º, 23, inciso II e 196 da Constituição Federal, é organizada em rede hierarquizada pela Lei Federal nº 8.080/90.

Nesse sistema, cabe ao Município a gestão primária, focada na atenção básica. Já os procedimentos de média e alta complexidade, como é o caso das cirurgias, são de competência estadual e federal, respectivamente:

“Art. 16, Lei Federal 8.080/90. À direção nacional do SUS compete: (...)

III - definir e coordenar os sistemas:

a) de redes integradas de assistência de alta complexidade; (...)”

“Art. 17, Lei Federal 8.080/90. À direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete: (...)

IX - identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional; (...)

Os procedimentos objeto central do projeto de lei em discussão (média e alta complexidade), são em grande parte coordenados e regulados pela estrutura estadual, como por exemplo, a regulação e o agendamento de tais procedimentos ocorrem por meio da Central de Regulação Estadual, via SISREG, extrapolando manifestamente a competência do Município.

Ademais, a divulgação de tais dados pode violar a lei geral de proteção de dados (Lei Federal n.º 13.709/2018), pois são considerados dados sensíveis nos termos do art. 5º, inciso II:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;"

Pode, eventualmente, ainda violar a Lei Federal n.º 14.289/2022, que impõe sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, acaso o procedimento tenha correlação com as doenças tratadas por tal legislação.

A disponibilização pública de informações como as iniciais do nome, dígitos de documentos e descrição detalhada da cirurgia solicitada, mesmo que de forma incompleta, facilita a identificação do paciente, expondo-o indevidamente a potenciais situações de violação da intimidade e discriminação.

Apesar da nobreza de seus propósitos, não há como deixar de vetar o projeto de lei apresentado por ausência de competência municipal quanto ao controle e acesso dos dados inerentes à cirurgias eletivas, eis que são de competência estadual por meio da Central de Regulação Estadual (via SISREG), bem como potencial violação à Lei Federal n.º 13.709/2018. (...)"

Nas razões do veto, fundamenta sob o argumento de que o Projeto padece de vício formal, por tratar de matéria de competência exclusiva do Estado de Mato Grosso. Cabe, portanto, analisar a regularidade formal e material do veto, bem como sua conformidade às regras constitucionais, legais e regimentais.

É o breve relatório.

É o sucinto relatório da justificativa do veto.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O Projeto de Lei n. 053/2025 versa sobre a divulgação pública e atualizada da lista de espera para cirurgias eletivas de média e alta complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Alta Floresta.

No rol de cirurgias, estão: bariátrica, artroplastias no joelho, quadril e ombro, cardíacas, oftalmológicas (catarata e retina), ginecológicas (histerectomia e endometriose), ortopédicas de coluna e membros e urológicas.

A Constituição Federal em seu artigo 30, inciso VII, estabelece que compete ao Município prestar, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

Por sua vez, o artigo 196 da Carta Magna assim preconiza:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Logo, percebe-se que a saúde é matéria concorrente do Estado e do Município, oportunizando ao Poder Executivo cooperar com o Estado os atendimentos que versem sobre a saúde da população.

Entretanto, há ressalvas, desde que o Município não interfira diretamente na competência de iniciativa do Estado, conforme dispõe o art. 24, inciso XII da Constituição Federal.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Dessa forma, o Município não pode interferir em matérias de competência exclusiva do Estado, sob pena de violação ao pacto federativo e consequentemente inconstitucionalidade.

No Projeto de Lei em análise, discute-se precisamente a possível invasão de competência, especialmente no que se refere à regulação e a realização de cirurgias. Isso ocorre porque, para que um paciente seja submetido a procedimento cirúrgico de média ou alta complexidade, é necessária sua inserção e regulação pelo SISREG, sistema este administrado pelo Estado.

Assim, somente o Estado detém competência legislativa e administrativa para disciplinar a transparência, o acesso e a organização das filas de espera dos serviços sob sua gestão, como é o caso dos hospitais regionais e das especialidades de alta complexidade.

Portanto, considerando que o artigo 5º do Projeto de Lei prevê a divulgação de informações sobre cirurgias eletivas realizadas em hospitais regionais, trata-se de matéria afeta à esfera estadual. Logo, compete exclusivamente ao Estado regulamentar a transparência e o acompanhamento das filas de espera desses procedimentos, não sendo possível ao Município legislar ou impor obrigações sobre serviços que não administra.

O artigo 45, §1º, da Lei Orgânica Municipal, estabelece que é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo exercer o veto total ou parcial aos projetos de lei aprovados pelo Poder Legislativo.

Art. 45. Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal serão enviados ao Prefeito, que aquiescendo, os sancionará.

*§ 1º- Se o Prefeito julgar o projeto no **todo ou em parte inconstitucional, ou contrário ao interesse público**, vetá-lo-á total ou parcialmente dentro de quinze dias úteis, contados daquele em que o receber, devendo comunicar os motivos do veto ao Presidente da Câmara no prazo de quarenta e oito horas.*

Já o artigo 186 do Regimento Interno desta Casa legislativa, prevê o poder de veto do Prefeito para matérias contrárias a constitucionalidade e ao interesse público.

*Art. 186. Se o Prefeito considerar o Projeto, **no todo ou em parte inconstitucional, ou contrário ao interesse público**, vetá-lo-á no todo ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara os motivos do Veto (LOM. Art. 52 § 1º e C. F. Art. 66 § 1º).*

Diante disso, conclui-se que o Projeto de Lei invade a competência estadual, uma vez que a Constituição Federal atribui ao Estado a prerrogativa de

legislar, organizar e estruturar a transparência e o acompanhamento das filas de espera referentes a procedimentos realizados em sua rede hospitalar.

Assim, embora haja invasão de competência federativa, não se configura vício de iniciativa, pois o tema não é de iniciativa legislativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, mas sim de competência material do Estado.

III- CONCLUSÃO

À vista do exposto, a Procuradoria Jurídica **OPINA favorável a tramitação do veto** na forma prevista na Lei Orgânica e no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. **Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei.** Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.). (grifamos).

Ao analisarmos a matéria **constatamos que assiste razão ao Senhor Prefeito**, assim, recomenda-se ao plenário a manutenção do veto total em sua integralidade, para assegurar a coerência normativa, segurança jurídica e a consistência normativa do projeto original.

A apreciação do VETO deverá seguir os procedimentos previstos nos artigos 45 da Lei Orgânica Municipal e artigo 186 e seguintes do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Salvo melhor juízo, esse é o parecer.

Alta Floresta – MT, 08 de dezembro de 2025.

Lilyan M. da S. Nascimento

OAB/MT 33.646

Assistente Jurídica